

Assistência de Segurança na América Latina

Brasil: Sempre a Exceção à Regra

Tenente-Coronel Edwin William Passmore, Exército dos EUA

OS ESCRITÓRIOS de assistência à segurança mundo afora têm os mesmos objetivos e missões básicas, mas com diferentes níveis de importância. As Américas apresentam um exemplo interessante das diferentes prioridades e abordagens necessárias para o cumprimento dessas missões dentro do mesmo hemisfério.

O Comando Sul lida com essa complexa região dividindo-a em sub-regiões: Caribe, América Central, Andes e o Cone Sul. Porém, o Comando Sul também reconhece que tem que lidar com cada um dos 31 países como entidades estanques, compreendendo suas culturas, idiomas, histórias e necessidades particulares.

Por exemplo, no que diz respeito ao relacionamento militar, o Brasil nos impede de padronizar nossas políticas regionais; não nos permite estereotipar ou sub-regionalizar. Ele não tem todos os atributos de uma região em particular, mas tem conexões diretas com três das quatro identificadas acima. Fora isso, tem fronteiras com todos menos dois dos países sul-americanos e um moderno e sofisticado serviço militar destinado a defender a soberania de um país que é maior que os Estados Unidos, sem o Alasca e o Havai.

Este artigo tem dupla intenção: proporcionar uma perspectiva aos profissionais de assistência à segurança do Exército dos EUA sobre o atual estado de nosso relacionamento com o maior e mais poderoso exército latino-americano e proporcionar uma visão geral e entendimento sobre o programa de assistência à segurança dos EUA para a liderança militar brasileira.

O Ambiente. O relacionamento dos EUA com o Brasil, o maior país da América Latina e quinto maior do mundo, tem prosperado nos últimos anos. Valores democráticos análogos e um sistema de mercado aberto e economia privada comuns têm proporcionado a base para uma forte e crescente parceria em uma grande variedade de áreas.

Desde os anos 90, o Brasil tem passado por um importante processo de renovação econômica e política. Enquanto esta é ainda uma tarefa que nem sempre avança sem percalços, de

qualquer forma a transformação tem sido positiva, especialmente durante a administração do Presidente Fernando Henrique Cardoso.¹

Os Estados Unidos têm interesse em apoiar a continuidade dessa transformação. Uma parceira com o Brasil em todas as etapas da política nacional proporcionará o reforço necessário a esse processo. Evidentemente é do interesse de ambos países fomentar laços fortes em assuntos de comércio, investimentos, ameaças transnacionais e liderança regional.

O Comando Sul dos EUA, como executores da política nacional militar na região, em colaboração com o Departamento de Estado, tem trabalhado com o Brasil em muitos assuntos referentes à segurança. Há pouco, o Brasil foi um fator principal na resolução pacífica de duas ameaças à segurança regional: a inquietude cívico-militar no Paraguai e a arbitragem final da disputa entre o Equador e o Peru.

Os vizinhos do Brasil sempre o consideraram o poder regional. Economicamente, o Brasil está entre as dez maiores economias do mundo. Representa aproximadamente a metade do produto interno bruto e a metade da população sul-americana. Apesar que o governo afirmou que não procura ser um poder regional supremo, fatores demográficos, econômicos e geográficos, combinados com acontecimentos recentes tais como a Conferência Sul-Americana dos Chefes de Estado (*South American Chiefs of State Summit*) e a Conferência Hemisférica dos Ministérios de Defesa realizadas no Brasil confirmam sua inquestionável e contínua influência regional.

Além de ser um poder regional, o Brasil também participa das questões internacionais. Com aspirações de ter representação permanente no Conselho de Segurança da ONU, é visto como um líder do mundo em desenvolvimento. Ativo nos esforços de manutenção da paz, o Brasil foi um ator importante das missões da ONU no sul da África e globalmente contribuiu com um contingente de Polícia do Exército no Timor Leste.

Internamente, o Brasil é estável sem aparentes desafios militares. A instituição militar é apolítica e possui o maior

Primeiro Horizonte — O Exército de Hoje

Como toda instituição militar no mundo da era pós-Guerra Fria, o Exército Brasileiro está tentando fazer mais com menos. O Exército apenas consegue cumprir com suas missões de mandato constitucional de:

- ✓ proporcionar um nível mínimo de dissuasão
- ✓ estar em prontidão como instrumento especial de presença nacional (especialmente em áreas de intermitente presença do Estado)
- ✓ apoiar agências federais e estaduais de segurança pública
- ✓ estar preparado para participar de missões de manutenção da paz

O General Gleuber indica que o Exército Brasileiro atualmente encontra-se em um período de “hiato tecnológico”. (Apesar de ter um programa amplo de modernização de material, uma destinação orçamentária limitada dificulta a sua implementação)

Segundo Horizonte — O Exército do Amanhã. Ele indica os seguintes objetivos como os mais importantes para o Exército a médio prazo:

- ✓ reconstituição da base material (para incluir o fim do hiato tecnológico)
- ✓ aumento progressivo no papel do Brasil fora de suas fronteiras. Isto inclui um aumento no requerimento do Exército em participar, autonomamente ou como parte de uma força de coalizão (em número limitado)
- ✓ diminuir o apoio do Exército às agências de polícia, por meio do aumento gradativo da eficácia das forças de segurança pública federais e estaduais
- ✓ aumento da capacidade dissuasiva do Exército
- ✓ aumento gradativo do interesse e entendimento acadêmicos em assuntos de defesa, proporcionando pesquisa civil como apoio ao planejamento estratégico do Exército

Terceiro Horizonte — Um Exército de País de Primeiro Mundo. Os objetivos a longo prazo do Exército serão:

- ✓ fortalecer a estratégia da dissuasão com aumento das capacidades de projeção de força
- ✓ criar a estrutura e a capacidade para ampla participação internacional em apoio da projeção internacional do país
- ✓ equipar o Exército adequadamente com as indústrias nacional ou internacional, dependendo de suas necessidades
- ✓ assegurar a disponibilidade de uma sólida base industrial militar
- ✓ estabelecer uma fonte consistente para pesquisa e desenvolvimento dentro das organizações militares

grau de confiança, por parte do público, do que qualquer outra instituição pública (incluindo a igreja), conforme recentes apurações.²

Laços Militares Brasil/EUA. Os laços militares entre o Brasil e os EUA são antigos. O auge ocorreu com a participação da Força Expedicionária Brasileira junto ao V Exército Americano, na Itália, e os esforços conjuntos para negar o uso do Atlântico Sul por parte das Potências do Eixo, durante a II GM.

Pode-se afirmar que, em geral, os laços militares Brasil/EUA ainda são fortes. Apesar de ter chegado a um ponto baixo durante a década dos 70, a cooperação e a confiança mútua têm aumentado desde então. Atualmente conduzimos exercícios militares conjuntos, temos programas de intercâmbio de pessoal e de educação militar, visitas, conferências e seminários. A Força Aérea e a Marinha do Brasil têm sido importantes compradores de equipamento dos EUA em anos recentes. Atualmente, as Forças Armadas brasileiras estão em fase de modernização de seus equipamentos e os EUA competem nesses importantes contratos de defesa. Com a recente ratificação do acordo da Seção 505, as Forças Armadas do Brasil estão agora em condições de receber excessos de material de defesa

dos EUA (*US Excess Defense Articles*) por meio de doações ou a preços reduzidos.

O Engajamento Militar dos EUA e o Brasil. Os objetivos da assistência à segurança dos EUA com relação ao Brasil são os mesmos que com outros países; encorajar a aquisição de material de defesa e adestramento militar dos EUA, promover maior desenvolvimento operacional e doutrinário com as Forças Armadas dos EUA, e apoiar outras agências do governo americano no cumprimento de suas missões. Os militares americanos têm como missão apoiar as metas gerais da política externa de melhorar a estabilidade regional; promover a democracia e os direitos humanos e apoiar o desenvolvimento econômico e a prosperidade nacional, assim como apoio ao cumprimento da lei. A meta imediata dos militares dos EUA é promover a interoperabilidade e os relacionamentos com nossos aliados (com enfoque especial sobre as atividades internacionais de manutenção da paz). Este tipo de interoperabilidade e relacionamento tornam possível enfrentar, eficientemente, emergências mundiais e ameaças transnacionais e conviver em harmonia com os nossos aliados.

A aplicação desses objetivos varia de país a país. O Brasil, como líder da região, merece atenção e enfoque especiais. As

FA brasileiras são modernas e profissionais e não se encontram na mesma situação dos países da região altamente dependentes de ajuda estrangeira. Nós consideramos as relações militares entre o Brasil e os EUA como relações entre aliados.

Apesar de que o Brasil coopera com os EUA em todas as níveis, existem áreas de engajamento comum no resto da região que não são abrangidas neste relacionamento. A primeira é a área de assistência humanitária e apoio em caso de calamidade e desenvolvimento nacional. O Governo Federal do Brasil tem um sistema sofisticado de agências federais e estatais que lidam com desastres a nível nacional e com o desenvolvimento da nação. Como nos EUA, as FA brasileiras desempenham um papel de apoio a essas agências. Em consequência disso, ela não participa ativamente em atividades de assistência humanitária ou desastres apoiadas pelos EUA, ou dos exercícios *New Horizon*. Além disso, e de mais importância, o militar brasileiro tem um mandato constitucional muito específico para apoiar as agências locais de polícia, especialmente na área de contranarcóticos. No Brasil, a Polícia Federal e o Secretário Nacional Antidrogas são os responsáveis pelas operações contranarcóticos. O militar empresta apoio limitado nas áreas de transporte, comunicações e intercâmbio de inteligência. Apesar de ser uma área de engajamento militar importante na maioria de outros países, não é no Brasil.

A Política de Defesa Nacional Brasileira. O Presidente Fernando Henrique Cardoso desenvolveu a primeira Estratégia de Defesa Nacional em 1996. Esta estratégia engloba todos os aspectos do poder nacional na defesa do país. A política baseia-se em dois pilares centrais: a diplomacia ativa (resolução pacífica de conflitos) e a dissuasão convencional. Obedecendo as diretrizes desta política, a prioridade na resolução dos conflitos é a negociação pacífica, com o uso de força militar apenas como último recurso e em autodefesa. Os objetivos são: garantir a soberania e integridade territorial; garantir o cumprimento da lei e as instituições democráticas; manter a nação unida; proteger os direitos dos cidadãos e interesses brasileiros no exterior; proporcionar um papel maior em assuntos internacionais; e contribuir à manutenção da paz e segurança internacionais.³

O Exército Brasileiro: Desafios e Visão. O Exército Brasileiro tem a missão de apoiar a Política de Defesa Nacional. Com menos de 190 000 militares, tem a responsabilidade de manter a integridade territorial de uma nação que é maior que os Estados Unidos (sem o Alasca e o Havai) e com mais de 16 000 quilômetros de fronteiras comuns com mais dez outros países. O Exército deve poder operar em ambientes marítimos, equatoriais, tropicais e subtropicais. A habilidade de projetar o poder nacional em qualquer parte do território e lá manter a sua presença é uma missão dantesca.

O General-de-Exército Gleuber Vieira tomou uma medida sem precedentes de emitir sua visão para o futuro do Exército Brasileiro. Essa declaração foi disseminada na revista “Verde Oliva” do Exército Brasileiro e pessoalmente apresentada pelo General

Gleuber a todo os oficiais generais do Exército Brasileiro. Sua visão tem três “horizontes”: o presente, médio e longo prazos.⁴

A situação preferida de qualquer organização de assistência à segurança é um programa de engajamento criado para alcançar os objetivos e prioridades de ambos, os EUA e o país anfitrião. A visão a longo prazo do General Gleuber, relativa ao Exército Brasileiro, nos proporciona uma base sólida que enfoca e sincroniza com o nosso plano de engajamento.

Escritório de Ligação Militar — A Linha de Frente do Engajamento. O Escritório de Ligação Militar em Brasília é formado, organizado e desempenha as mesmas missões de seus congêneres. É considerado de tamanho padrão com os grupos militares no hemisfério, com um complemento de 5 oficiais da ativa, 2 funcionários civis do Exército e 4 funcionários brasileiros.

As principais missões de assistência à segurança do Escritório de Ligação Militar consistem em:

- Permitir ao militar brasileiro acesso à informação necessária para a tomada de decisões relativas à aquisição, uso e adestramento necessário na obtenção de material de defesa e serviços dos Estados Unidos.

- Prestar apoio no processamento de propostas para a assistência de segurança dos militares brasileiros

- Prestar apoio aos departamentos militares em questões relativas ao recebimento, transferência e aceitação de materiais de assistência à segurança, adestramento e outros serviços

- Monitorar o progresso dos programas de assistência à segurança

- Implementar programas de adestramento e educação militar internacional e vendas militares ao exterior (*Foreign Military Sales — FMS*)

- Engajar as FA brasileiras no planejamento integrado nas aquisições militares no período de planejamento de três a cinco anos

- Observar e relatar o uso do material de defesa, dos serviços e do adestramento de origem americana

- Prestar assistência às FA brasileiras na identificação, administração e correta disposição do excesso de material americano de assistência à segurança que ainda não está em uso

- Quando autorizado, coordenar e facilitar a interface entre representantes da indústria de defesa dos EUA e as Forças Armadas brasileiras

Principais missões do Comando Sul por intermédio do Escritório de Ligação Militar são:

- Planejar e executar o programa de engajamento militar a militar

- Administrar o programa de atividades tradicionais do Comandante-em-Chefe no Brasil

- Coordenar visitas, conferências, seminários, intercâmbios de informação etc.

Programas de Engajamento de Assistência à Segurança. Para cumprir suas missões, o Escritório de Ligação Militar usa um número de programas, protocolos e acordos.

FINANCIAMENTO DO PROGRAMA (em milhões de \$)						
Ano	1996	1997	1998	1999	2000	2001 (proposta)
FMF ¹	0	0	0	0	0	0
Acordos de FMS	48.735	24.962	24.618	14.769	24.000	78.300
Exportações comerciais	3.629	8.726	6.530	-	-	-
Reduções 506 (a)2	0	0	2.000	0	0	0
IMET ²	0.200	0.222	0.220	0.206	0.225	0.250
Estudantes IMET	38	41	32	30	31	32

¹ Financiamento Militar Estrangeiro
² Educação e Adestramento Militar Internacionais

Adestramento

Educação e Adestramento Militar Internacional. A Educação e o Adestramento Militar Internacional (*International Military Education and Training — IMET*) é o programa pelo qual o Exército Brasileiro envia seus oficiais e sargentos para realizar cursos nos EUA. O Exército Brasileiro enviará 13 oficiais e um sargento para cursos como o *Army War College*, *Sergeant Major Academy*, básico e avançado das Armas, e operações psicológicas.

As áreas de enfoque do programa são proporcionar conhecimentos que demonstrem o papel apropriado dos militares em um governo democrático de liderança civil, promover a eficaz administração dos recursos de defesa e o profissionalismo militar. Dentro destas áreas de enfoque, o objetivo principal é desenvolver a comunicação, o entendimento e o forte relacionamento entre os nossos exércitos.⁶

No caso do Brasil, o orçamento da *IMET* é usado apenas para cobrir os custos dos cursos. De fato, é um arranjo recíproco, já que estudantes militares dos EUA nas escolas do Exército Brasileiro tampouco pagam pelos cursos. Como o Exército dos EUA, o Exército Brasileiro paga por todas as outras despesas tais como as de viagem, alojamento, refeições, salários e cuidados médicos.

O orçamento e disponibilidade do curso limitam o programa *IMET*. Estudantes internacionais competem por um número limitado de vagas dentro dos cursos de desenvolvimento profissional nos EUA. Outrossim, o Escritório de Ligação Militar tem que trabalhar dentro das limitações do seu próprio orçamento. Outras limitações do *IMET* são: não pode ser usado para treinar pessoal militar que não seja de carreira nem para adestramento inicial em apoio às compras de equipamentos pelo *FMS* ou para treinamento pós-graduação em instituições civis (incluindo a Escola Naval de Pós-Graduação) Os recursos da *IMET* tampouco devem ser usados para treinamentos com custos elevados (como é a maior parte de trei-

namento para pilotos).⁷

Aproveitando os excessos de final de ano, temos podido usar recursos do *IMET* para a compra e instalação de laboratórios modernos e sofisticados de idiomas em várias organizações militares tais como a Academia Militar das Agulhas Negras e o Centro de Estudos de Pessoal. Atualmente estamos procurando recursos para instalar um laboratório de idiomas na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. O objetivo destes laboratórios é aumentar a capacidade do Exército Brasileiro de ensinar

o inglês a seus membros. Isto contribui à maior interoperabilidade com as forças dos EUA em operações de manutenção de paz e programas de intercâmbio profissional militar. Apesar que o militar dos EUA arca com os custos da compra e instalação do equipamento, todos os gastos de manutenção com suporte material são da responsabilidade do país anfitrião.

IMET Ampliado. O Programa de Ampliação da *IMET* faz parte de seu programa total. O objetivo é treinar oficiais e civis, incluindo pessoal civil dos ministérios que não são da defesa, e pessoal do poder judiciário, envolvidos em assuntos militares. Este pessoal é treinado em gerenciamento e administração de estabelecimentos e orçamentos militares e na criação e manutenção de sistemas eficazes de justiça militar e códigos de conduta. Este programa está disponível ao Exército Brasileiro. Atualmente, o enfoque do programa é apoiar o novo Ministério de Defesa na profissionalização de seus funcionários civis.⁸

Os cursos oferecidos pelo Centro para Estudos de Defesa Hemisférica (*Center for Hemispheric Defense Studies*) da *National Defense University* são um exemplo deste tipo de adestramento.

Adestramento em Vendas Militares ao Exterior (*Foreign Military Sales — FMS — Training*). Para adestramento que não pode ser conduzido pela *IMET*, devido à natureza do curso e falta de recursos desta, o país tem a opção de pagar pelo curso por meio do *FMS*. Nesta situação, o país pagaria os custos do curso por intermédio do departamento militar dos EUA responsável pelos mesmos. Como exemplo, se o Exército Brasileiro quisesse enviar um oficial à Escola Naval de Pós-Graduação para fazer um mestrado ou Ph.D, os custos do curso não seriam pagos pelo programa *IMET*. Neste caso, haveria a opção de adquirir um pacote do *FMS* junto ao Escritório de Programas Internacionais da Marinha dos EUA (*U.S. Navy International Programs Office*) para pagar por seus custos e despesas administrativas.

Exercício Conjunto e Combinado para Adestramento. Ou-

tra forma de treinamento é o uso do Exercício Conjunto e Combinado para Adestramento (*Joint Combined Exercise for Training — JCET*). O Comando de Operações Especiais — Sul, um comando subordinado ao Comando Sul dos EUA, coordena o treinamento conjunto das Forças de Operações Especiais dos EUA neste hemisfério. O adestramento de Operações Especiais do Exército é conduzido pelo 7º Grupo de Forças Especiais (Pára-queda) em Forte Bragg, na Carolina do Norte. Este tipo de adestramento contém um amplo espectro de atividades, desde habilidades básicas de infantaria a missões de contra-terrorismo. O objetivo do *JCET* é proporcionar maiores oportunidades de adestramento para as Forças de Operações Especiais dos EUA com benefícios paralelos para o país anfitrião. O Brasil não tem aproveitado as oportunidades apresentadas pela *JCET*. Outros tipos de adestramento de Operações Especiais e intercâmbios podem ser conduzidos em áreas de apoio logístico, operações cívico-militares e operações psicológicas.

Intercâmbios de Pequenas Unidades. O Exército Sul dos EUA (*United States Army — South — USARSO*) é o componente do Exército do *USSOUTHCOM*, o Comando Sul dos EUA. É responsável, entre outras funções, pelo gerenciamento do Programa de Familiarização da Pequena Unidade (*Small Unit Familiarization Program*). Este programa consiste de um intercâmbio recíproco de um pelotão do Exército ou da Guarda Nacional do Exército. Os pelotões conduzem um adestramento em uma grande variedade de missões com organizações de infantaria leve, pára-quadismo, assalto aéreo, montanha, deserto, selva, polícia militar e engenharia. O programa com duas semanas de duração consiste em orientação e familiarização com armas, treinamento individual, adestramento de grupos e de pelotões. Este utiliza o equipamento do país anfitrião. O programa é uma grande motivação para as forças envolvidas. O Brasil não tem participado dele.

VENDAS MILITARES

Vendas Militares ao Exterior. O Escritório de Ligação Militar dos EUA também é responsável por coordenar todas as compras de material de defesa das empresas estadunidenses. Estas vendas podem ser de dois tipos, *FMS* ou vendas comerciais diretas. As Vendas Militares ao Exterior são aquelas coordenadas por intermédio do governo dos EUA. Existem situações em que, devido ao poder aquisitivo das Forças Armadas americanas, um país pode conseguir melhores preços para a compra de um item atualmente em uso por elas. O país também tem a opção de lidar diretamente com o fornecedor comercial do produto. Existem benefícios em ambos os programas e a melhor opção depende de cada caso. O Escritório de Ligação Militar dos EUA é imparcial no processo e apoiará a decisão tomada pelo país anfitrião.

Se o país prefere comprar diretamente do fornecedor, o Escritório de Ligação Militar pode facilitar a conexão dos interessados. Apesar de que as negociações para os contratos são feitas exclusivamente entre os clientes e os fornecedores, deve ser

lembrado que todas as vendas de material de defesa têm que ser aprovadas pelo Congresso dos EUA. A Embaixada Americana e o Escritório de Ligação Militar providenciam informação às recomendações feitas pelos Departamentos de Estado e Defesa.

No caso de vendas *FMS*, o país submete uma carta solicitando preço e disponibilidade ao Escritório de Ligação Militar. Este envia a carta ao Departamento Militar apropriado. O país anfitrião então receberá uma estimativa da compra do equipamento ou serviços. Se esta for aceita pelo país anfitrião, as negociações continuarão (incluindo temas sobre adestramento, peças, custos administrativos, etc.) até culminarem com o contrato final. A entrega de uma carta solicitando preço e disponibilidade de maneira alguma compromete o país anfitrião na compra do equipamento ou serviço em questão.

O Exército Brasileiro não tem feito nenhuma compra de equipamento de defesa de porte dos EUA em anos recentes. As últimas grandes compras têm sido de material de artilharia autopropulsada *M103A3* 155mm e *CC Leopard*. Ambos foram comprados da Bélgica.

Acordo da Seção 505. A aprovação do acordo 505 abre as portas para vendas do excesso de material de defesa (*Excess Defense Articles — EDA*) e transferências de materiais por cessão ao Exército Brasileiro. Sob este acordo, o Exército Brasileiro pode adquirir material de defesa usado dos EUA pelo custo do transporte dos mesmos, no caso de transferências por cessão ou, no caso de vendas *EDA*, a preços muito reduzidos. Por exemplo, o Brasil a vai receber os 91 *CCM60A3* que adquiriu mediante um empréstimo através de uma transferência por cessão. O Exército Brasileiro economizou pelo menos \$18 milhões de dólares com a cessão. O intercâmbio comercial desse programa, apesar do baixo custo do equipamento, diz que o mesmo é vendido nas condições de “como está e onde estiver”. O Brasil pagaria por todo o transporte e quaisquer custos necessários aos reparos e manutenção.

O processo desse tipo de pedido é muito similar ao do *FMS*. Uma carta solicitando preço e disponibilidade é enviada ao Escritório de Ligação Militar o qual envia a mesma ao apropriado Departamento Militar. Este então providencia uma estimativa de custo e disponibilidade. Um levantamento do equipamento disponível é feito e o comprador escolhe qual o item específico que deseja. Por exemplo, com os *CCM60A3*, membros do Exército Brasileiro selecionaram os 91 carros de combate que queriam entre todos os que estavam disponíveis. A quantidade, qualidade e disponibilidade do equipamento varia muito. Infelizmente, não há uma lista centralizada para consultar que indique o que está disponível. Para determinar a disponibilidade de um item em particular, a Carta de Requisição deve ser submetida. É importante salientar que, como com casos *FMS*, esse pedido não implica na obrigação de comprar o material.

Verificação de Uso (*End Use Monitoring — EUM*) tem sido tema de contenção durante o debate nacional brasileiro sobre o acordo da seção 505. Alguma clarificação torna-se necessária para que a questão da Verificação de Uso seja

bem compreendida, já que interpretações políticas e questões de soberania parecem complicar o que na verdade é um assunto bem simples.

A Verificação de Uso engloba todas as leis, políticas, regulamentos e processos que assegurem o uso apropriado de materiais de defesa. Inclui, também, todas as ações para impedir o uso impróprio, incluindo a transferência ilegal dos mesmos. Seu objetivo final é minimizar os riscos à segurança inerentes em transferências de armamento. A capacidade e a vontade do receptor em permitir os controles de Verificação de Uso é um fator importante para determinar se os programas com países estrangeiros terão início ou terão seqüência. *Controles do país receptor proporcionam os meios primários para assegurar que materiais de defesa sejam usados, do princípio ao fim, segundo os acordos com os EUA.* O Escritório de Ligação Militar deve estar alerta às indicações de uso impróprio e relatar o mesmo ao país anfitrião em questão, à Embaixada e ao Departamento de Defesa.⁹

Exames físicos do equipamento são conduzidos apenas depois que indicações de uso impróprio foram determinados dentro do país, verificados localmente pelo país anfitrião e não solucionados. Neste caso, os exames físicos são para ajudar a determinar se há responsabilidade por parte do país. Permitem verificar se houve dolo ou não.

Em nenhum momento do processo é considerada uma investigação unilateral. Qualquer exame físico do equipamento ocorreria somente após o recebimento de autorização por parte do país anfitrião e em coordenação com o mesmo. Deve ser lembrado que qualquer transferência do material de defesa dos EUA requer algum tipo de acordo *EUM*, ou seja como parte integral de um caso *FMS* ou como parte do acordo da mais ampla Seção 505.

Autoridade para Redução 506(a). O parágrafo 506(a) da Ata de Assistência ao Exterior (*Foreign Assistance Act*) inclui a autorização para a redução do excesso de materiais militares para apoiar organizações contranarcóticos em países aprovados. O Brasil recebeu \$2 milhões de dólares através desse meio, em 1998, o que lhe permitiu adquirir rádios *PRC-90* e peças sobressalentes, quatro embarcações *Boston Whaler*, uma embarcação de patrulha de 36 pés, rações de combate (*Meals Ready to Eat —MRE*) e uniformes de campanha para a Polícia Federal Brasileira. Como o militar não tem missão contranarcóticos, não é candidato qualificado para se beneficiar dessa autorização de redução. Neste caso, o mandato do Escritório de Ligação Militar dos EUA vai além dos canais militares de rotina. O Escritório de Ligação Militar dos EUA coordena o apoio do Departamento de Defesa às organizações contranarcóticos do Brasil por intermédio dos escritórios das respectivas equipes dos países — principalmente através do oficial de ligação da Agência de Repressão às Drogas e a Seção de Assuntos de Narcóticos. O Escritório de Ligação Militar dos EUA evita qualquer coordenação direta com agências brasileiras e ministérios, fora do Ministério de Defesa.

INTERCÂMBIOS

Reuniões de estado-maior. São conduzidos intercâmbios entre os Exércitos do Brasil e EUA em dois níveis. O primeiro faz parte do sistema da Conferência dos Exércitos Americanos (*Conference of American Armies —CAA*). Esta conferência multilateral tem o propósito de promover a coesão, melhorar a segurança hemisférica e fortalecer os laços interamericanos. A *CAA* é um conjunto de sete conferências sobre assuntos especializados; assuntos cívicos, lei militar, logística, educação e adestramento militar, ciência, tecnologia, medicina, comunicações e inteligência. O Comandante do Exército Sul dos Estados Unidos é o representante do Exército dos EUA na *CAA* e coordena a participação estadunidense. O Brasil será o anfitrião da conferência sobre logística e medicina em 2001.

As reuniões entre os estados-maiores do Brasil e EUA são um intercâmbio bilateral conduzido anualmente. O Exército dos EUA conduz apenas alguns intercâmbios bilaterais de estado-maior no mundo. O Comando de Treinamento e Doutrina do Exército dos EUA (*U.S. Army Training and Doctrine Command—TRADOC*) é o proponente dessas reuniões e delegou responsabilidade específica para a condução dessas reuniões a várias escolas do exército. O Centro e Escola de Infantaria é o encarregado da delegação para as reuniões de estado-maior entre o Brasil e os EUA. O evento é importante para dar continuidade ao diálogo entre nossas duas instituições. Historicamente, este intercâmbio tem enfocado assuntos de adestramento e doutrina. A reunião de 1999 resultou no intercâmbio de peritos em assuntos das áreas de logística, simulação, emprego de lançadores múltiplos foguetes e operações aeromóveis.

Programa de Intercâmbio de Pessoal. O Exército dos EUA tem 6 oficiais servindo no Brasil como oficiais de intercâmbio. O programa de intercâmbio é um acordo recíproco onde se faz o intercâmbio de oficiais que servem por períodos de 2 anos. O Exército dos EUA tem 4 oficiais de intercâmbio na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército Brasileiro, um como instrutor convidado e os outros três como estudantes no Curso de Comando e Estado-Maior.¹⁰ Um oficial é designado ao Centro de Estudos de Pessoal, como professor de inglês. Também há um oficial engenheiro servindo junto ao batalhão de construção do Exército Brasileiro.

Em reciprocidade, os brasileiros têm um instrutor de idioma na Academia Militar dos EUA, um oficial engenheiro em Vicksburg, Mississippi, e um instrutor convidado na Escola das Américas. O Exército Brasileiro também tem oficiais de ligação no *TRADOC*, Forte Monroe, Virginia e no Centro de Armas Combinadas (*Combined Arms Center —CAC*) Forte Leavenworth, Kansas.

ENGAJAMENTO DO COMANDO SUL

O Comando Sul dos EUA responde ao Departamento de Defesa pela condução dos engajamentos entre militares no hemisfério. Nesta tarefa, supervisiona todos os aspectos dos



Foto: Autor

relacionamentos militares, principalmente por intermédio de seus componentes de comando (*USARSO*—Exército Sul dos EUA, *NAVSO*—Comando de Operações Especiais da Marinha e *SOC SOUTH*—Comando de Operações Especiais, e a 12ª Força Aérea). Fora as atividades específicas de rotina conduzidas pelos seus componentes do comando, o *USSOUTHCOM* conduz numerosos exercícios, seminários e conferências.

Um dos programas mais importantes para o engajamento entre exércitos é o Programa Tradicional de Atividades do Comandante-em-Chefe (*Traditional CINC's Activities Program*—*TCA*). Este programa oferece muitas oportunidades para incrementar o relacionamento. O *TCA* fornece ao Escritório de Ligação Militar a verba para conduzir visitas e intercâmbios com base nas necessidades do país. Exemplos de eventos do *TCA* no passado incluem a participação da Companhia de Precursores Pára-quedistas do Exército Brasileiro durante a competição *Best Pathfinder* no Forte Campbell, em Kentucky, visitas às instalações militares dos EUA e intercâmbios de peritos. O Escritório de Ligação Militar escolheu um número de tais oportunidades a serem incluídas no plano de engajamento 2001 do Exército Brasileiro, que aguardam a aprovação do Comandante do Exército. Porém, a maior vantagem deste programa é a sua flexibilidade. Apesar de que todos os esforços são feitos para se ter um plano comum no começo do ano, mudanças podem ser feitas ou novos eventos podem ser programados durante o ano (sujeitos à disponibilidade de

verba). Praticamente a única limitação desse programa é que não pode ser usado para adestramento.¹¹

NOVOS CAMINHOS

Como podemos constatar neste artigo, o relacionamento entre exércitos é mais forte que nunca. Ainda existem muitas áreas nas quais podemos aumentar a nossa cooperação.

Considerando os requerimentos do Programa de Modernização do Exército Brasileiro e a visão do General Gleuber para o Exército, as seguintes considerações representam algumas das áreas de interesse mútuo que poderiam ser discutidas:

Exercícios conjuntos e combinados de adestramento. Julgo oportuno que o Exército Brasileiro se detenha nos benefícios que podem ser absorvidos em servir de anfitrião para um *JCET*. Qualquer *JCET* no Brasil teria que enfatizar as técnicas avançadas em áreas de interesse do Exército. Operações Ribeirinhas de Forças Especiais, contraterrorismo e Reconhecimento de Forças Especiais poderiam ser áreas de interesse mútuo.

Desenvolvimento da Doutrina de Emprego da Brigada Aeromóvel. A 12ª Brigada de Infantaria Leve (Aeromóvel) do Exército Brasileiro tem apenas 5 anos. Como produto das reuniões bilaterais de estado-maior, um intercâmbio de doutrina foi recentemente concluído com essa grande unidade. A equipe da Escola de Infantaria do Exército dos EUA participou de um seminário sobre doutrina aeromóvel durante uma semana. Apesar da estrutura e capacidade da 12ª Brigada tornar impossível adotar totalmente a doutrina americana, muitos aspectos da logística, do apoio de fogo e comando e controle

podem ser aplicados ou adaptados. O segundo passo nesse processo é o planejamento de levar uma equipe do comando e estado-maior da Brigada e do estado-maior do Exército ao Forte Campbell para visitar a 101ª Divisão de Assalto Aéreo durante um exercício de brigada. Isto permitirá ao Exército Brasileiro ver como a doutrina apresentada no intercâmbio de especialistas é implementada em campanha. O terceiro passo poderia ser um intercâmbio entre os estados-maiores de brigada e dos batalhões e comandantes, com o pessoal da 101ª para que uma análise detalhada e observações possam dar continuidade ao desenvolvimento inicial da doutrina. Por último, um intercâmbio de uma pequena unidade poderia ser conduzido (2002) a fim de permitir a validação da doutrina.

Desenvolvimento Doutrinário da Inteligência Tática. Uma importante área do programa de modernização do Exército Brasileiro é a reestruturação de sua capacidade de inteligência tática. Visitas ao Centro e Escola de Inteligência Militar, unidades de inteligência tática, intercâmbios entre peritos e verificação da disponibilidade de equipamento excedente do Exército americano são áreas possíveis de intercâmbio.

Intercâmbios entre Escolas Militares. Um grande intercâmbio de idéias e informações entre nossos sistemas de ensino traz benefício mútuo. Intercâmbios de interesses poderiam ocorrer nas áreas de Defesa Aérea, Inteligência Militar, Logística, Operações em Montanha e Escolas de Blindados.

Vendas Militares ao Exterior. A ratificação do acordo 505 abriu um novo caminho na aquisição de equipamento militar dos EUA. Traria grande benefício para o Exército Brasileiro o envio de pessoal para o Gerenciamento da Assistência à Segurança do Instituto de Defesa para realizar um curso sobre a operação do sistema dos EUA. Esta pequena inversão ajudará

o Exército Brasileiro a compreender como melhor aproveitar as oportunidades para compras de materiais militares e transferências por meio de concessões.

Planejamento do Engajamento Conjunto. Este Escritório teve o prazer de trabalhar com o Estado-Maior do Exército Brasileiro na elaboração de nossas atividades de engajamento para 2001. A coordenação incluiu discussão detalhada sobre todo o espectro das atividades entre os Exércitos. Algumas incluíram: educação profissional militar; oportunidades de treinamento para soldados dos EUA no Brasil; programação de conferências, seminários e intercâmbios de peritos; e programas de intercâmbio de pessoal. Este tipo de cooperação é essencial para assegurar o planejamento e a execução das atividades militares bilaterais.

CONCLUSÃO

Como conclusão deve ser mencionado que os laços entre os Exércitos dos EUA e do Brasil são e continuam a se tornar mais fortes. Desfrutamos de um sólido programa de engajamento com base no respeito mútuo e em interesses similares, o que proporciona um constante e contínuo intercâmbio de idéias, informações e adestramento. Interagimos em todos os níveis, desde intercâmbios de pessoal e estado-maior a vendas de equipamentos. Intercambiamos idéias sobre doutrina e áreas de interesse mútuo. Esse forte relacionamento é benefício para ambos e tem base em um relacionamento entre aliados.

Sempre existirá lugar para discussão sobre como aumentar e melhorar nosso relacionamento para maior proveito de todas as oportunidades que se apresentem. Este artigo tem o propósito de estimular a discussão sobre esse relacionamento a fim de maximizar as oportunidades, dentro das restrições políticas e orçamentárias. **MR**

Referências

1. *Draft Mission Performance Plan*, Embaixada dos EUA, Brasil, 1999.
2. Vários diários durante setembro 2000. A apuração foi conduzida pela VoxPopuli (empresa privada) e não pelo Exército Brasileiro.
3. A Estratégia da Defesa Nacional pode ser vista na Internet no endereço: www.defesa.gov.br
4. Verde-Oliveira, número 168, Centro de Comunicação Social do Exército, p. 4-11
5. *Security Assistance Management Manual DoD 5015.38-M*, abril de 1998, p.300-11,12.
6. SAMM1001-1,2
7. SAMM1001-1-3
8. SAMM1001-1
9. SAMM600-2,3
10. A posição de instrutor convidado será preenchida no verão de 2001. Um dos

estudantes do Curso de Comando e Estado-Maior é um candidato do Programa de Intercâmbio de Pessoal (*Personnel Exchange Program — PEP*) que atende os dois anos do curso e recebe crédito a Nível de Educação Militar 4 (*Military Education Level — MEL-4*) os outros dois são oficiais alunos de área estrangeira (*Foreign Area Officer Trainees*) e atendem um ano do curso. Estes não são oficialmente considerados oficiais de intercâmbio.

11. Um grande benefício do programa TCA é que paga as despesas de viagem do país convidado (transporte, refeições e alojamento). A atual política do Exército Brasileiro é pagar por todos os custos associados com viagens fora do país. Isto inclui a Educação Militar Profissional e o Intercâmbio de Especialistas. Esta política tem limitado algumas oportunidades de engajamentos emergentes, os quais não estavam incluídas no orçamento anual do Exército Brasileiro.

O Tenente-Coronel Edwin W. Passmore é o chefe da Seção do Gabinete de Ligação do Exército dos EUA em Brasília, Brasil. Serviu numa variedade de posições de comando e estado-maior tanto no território continental dos EUA como na América Latina. Oficial de área estrangeira na América Latina, suas designações mais recentes incluem Oficial de Inteligência no 7º Grupo de Forças Especiais (Pára-quedista), em Forte Bragg, Carolina do Norte, e Oficial Executivo para o Comandante-em-Chefe do Comando Sul dos EUA em Miami, Flórida. É graduado do Curso de Pós-Graduação de Inteligência de Defesa e da Escola das Américas. Possui o título de Bacharel em Ciências Políticas pela University of Connecticut, e o de Mestre em Estudos sobre a América Latina pela Georgetown University, Washington, DC.